

A PEDAGOGIA SOCIAL DA GERAÇÃO DE 1870: LITERATURA E INFÂNCIA

Celdon Fritzen

Resumo

Este estudo procura relacionar o modo como a criança é imaginada em textos da literatura brasileira com a nova configuração social que o país vai assumindo durante o período da Primeira República. Representantes de uma Geração de intelectuais que se propôs modernizar o país pela reforma das instituições e a difusão do pensamento científico, José Veríssimo, Inglês de Sousa e Raul Pompéia são utilizados como material de análise para estudar os vínculos entre a infância e a pedagogia social. Nessa perspectiva, percebe-se que a imagem de inocência que o Romantismo vinculou à infância, preservada da corrupção e melancolia do mundo adulto, é modificada. A criança passa a ser compreendida como um ente que antecipa o adulto e que deve ser vigiado e controlado de modo a ter seus instintos adaptados às exigências da sociabilidade e produção econômica.

Palavras-chave: literatura, infância, educação.

Social Pedagogy in the 1870's: Literature and Childhood

Abstract

This study aims at relating the way a child is portrayed in Brazilian literature texts to the new social configuration the country takes on during the First Republic. Writings by Jose Veríssimo, Inglês de Sousa, and Raul Pompéia, representatives of a generation of intellectuals that tried to modernize the country by updating institutions and spreading scientific knowledge, are used in this paper to study the connection between childhood and social pedagogy. From this perspective, it can be observed that the image of innocence Romanticism had linked to childhood, away from adults' corruption and melancholy, has been modified. A child is now seen as a being that precedes an adult, and that must be watched and controlled so that his/her instincts may be adapted to the demands of socialization and economic production.

Key-words: literature, childhood, education.

Os estudos sistemáticos sobre a criança têm uma existência bastante recente. Pesquisas históricas, não há muito tempo, mostraram como a especificidade do ser infantil se constituiu junto com a família nuclear burguesa, por volta do século XVIII, não muito longe da sua anterior percepção, na Idade Média, como adulto em miniatura (ARIÈS, 1981). Usando da imagem de ente não contaminado pela corrupção do mundo moderno, o Romantismo apresentou-a repetidamente na literatura, sempre a associando à inocência angelical, cujo emblema mais notável no Brasil se tornou “Meus oito anos”, de Casimiro de Abreu. Porém, embora ainda permaneça como clichê em nossa época, a natureza anterior ao pecado e à corrupção do mundo do trabalho e da sexualidade adultas que era atribuída à criança, conferindo-lhe traços nostálgicos de uma estada no Éden indesejadamente interrompida, foi sendo alterada ao longo do século XIX. É como ser que antecipa o adulto e que deve ser vigiado e controlado de modo a ter seus instintos adaptados às exigências da sociabilidade e produção econômica que, principalmente nos discursos da pedagogia, da psicologia e da psicanálise, a infância foi recebendo novas significações. Se tomarmos dois estudos de crítica literária – “O sadismo na infância” (RESENDE, 1988) e “Infância de papel e tinta” (LAJOLO, 1997) – veremos neles algo em comum: trata-se em ambos de se contrapor a imagem feliz e inocente da infância criada pelo Romantismo. Resende explora textos do Modernismo para enfatizar o quanto a dimensão do desejo violento e sexual se manifesta nos personagens infantis; Lajolo observa as duras condições socioeconômicas que no Brasil são oferecidas à maioria das crianças e que são explicitadas em textos que vão de Caminha a letras de Chico Buarque.

O que gostaríamos de fazer aqui seria interrogar determinados textos literários que de forma nem sempre central constituíram imagens sobre a infância. Particularmente, atentaríamos àquelas imagens produzidas pela literatura brasileira no final do século XIX. Imaginar a criança, é o que veremos, nunca é uma atividade descomprometida das atividades de organização de um discurso sobre a pedagogia social. Tal compreensão poderíamos observar em José Veríssimo, Inglês de Sousa e Raul Pompéia.

A Geração de 1870

Segundo Antonio Candido (2000), em todo o século XIX e ainda até meados do século XX, é por meio da literatura que os intelectuais pensam, criticam e planejam o Brasil. Ainda não tínhamos

as especificidades das disciplinas acadêmicas que no século XX tomariam para si uma dimensão de maior respeitabilidade quanto a essa tarefa. No século XIX, escrever literatura é fazer antropologia, história, filosofia... Enfim, é formar culturalmente a sociedade brasileira. Discutir os modos pelos quais a criança é imaginada nos pões, então, em contato com o processo de transformação social ali vivido.

No último quartel do século XIX, a reboque do processo de expansão do capitalismo decorrente da Segunda Revolução Industrial, a sociedade brasileira sofre reestruturações significativas que vão distanciá-la de sua formas durante o Império. No âmbito econômico, a tradição de país agrícola começa a ser questionada pelas ações promotoras da industrialização, das quais a desastrada política do Ministério da Fazenda de Rui Barbosa é a mais representativa (SEVCENKO, 1983; MACHADO, 2002). Além disso, a condenação cada vez mais veemente do trabalho escravo culmina com a Abolição e a posterior queda do Império de D. Pedro II. Na recente república brasileira, os hábitos sociais se alteram, tomando como modelo o modo de vida parisiense. É o estilo da *belle époque*, apropriando-se dos resultados das inovações tecnológicas promovidas pelo desenvolvimento científico, que dita o modo de vida burguês para o restante do globo. Na crônica jornalística carioca, preponderam as exclamações de celebração do progresso e condenação do que nos fazia um país atrasado (SEVCENKO, 1983).

No que toca à literatura, surge uma série de escritores que, esteticamente, romperão com o modelo de arte romântica. A eles se atribuirá o nome de Geração de 1870. A data é sintomática: ano da fundação do Partido Republicano. Concebendo a literatura como veículo de divulgação das novas idéias vinculadas ao positivismo e ao determinismo biológico como também à ideologia liberal, a intenção dessa geração é modernizar a sociedade por meio de uma compreensão crítica de nossa história e de programas afeitos às concepções pedagógicas européias daquele momento.

Dentro da perspectiva da gênese da nossa sociedade, ainda é importante lembrar que os intelectuais da Geração de 1870 a concebem como um processo de fusão de raças com a degeneração da mais forte, a portuguesa. Vencer a carga hereditária negativa que atravessava o corpo social exigia que medidas de outra ordem fossem postas em ação. Tratava-se, pois, de um problema de controle dos instintos, excluindo aqueles que representavam algum tipo de manifestação patológica, para a nova ordem social burguesa (FARIA FILHO, 2000; VEIGA, 2000).

José Veríssimo

Esse ponto de vista pode ser observado quando lemos as posições de Veríssimo, crítico literário e educador, em relação à gênese do caráter brasileiro. Dentro da concepção determinista da época, caráter era o complexo psíquico racial formado a partir da influência exterior de elementos de ordem física. Interpretando a formação de nossa raça, Veríssimo veria um agregado de fatores negativos. A natureza brasileira, pela sua prodigalidade, teria inibido o hábito e gosto pelo trabalho como acontecera nos países europeus, de clima menos generoso. Quanto à análise etnológica do brasileiro, Veríssimo apontava o problema de originarmos de duas raças selvagens, portanto, “descuidosas e indiferentes” (1985, p. 67), já que estavam num estágio infantil do desenvolvimento civilizado. Somado a isso, os portugueses quando nos colonizaram, já iniciavam um processo de degeneração, afastando-se do grande auge que haviam atingido. A escravidão, por sua vez, como relação de trabalho, além de tornar preguiçoso o senhor, trouxe para dentro do lar toda a perversão e superstição de índios e, depois, de negros. Veríssimo faz um ainda um comentário à parte sobre a mulata, a qual, pela sua sedutora sensualidade, teria iniciado precocemente muitos garotos brasileiros. Enfim:

Mole pelo clima, mole pela raça, mole por esta precocidade das funções genésicas, mole pela falta de todo trabalho, de qualquer atividade, o sangue pobre, o caráter nulo ou irritado e, por isso, mesmo inconseqüente, os sentimentos deflorados e pervertidos, amimado, indisciplinado, mal criado em todo o rigor da palavra – eis como de regra começa o jovem brasileiro a vida (1985, 69).

Dado o diagnóstico extremamente negativo, Veríssimo põe-se a considerar alternativas para resolver esse problema da apatia do caráter brasileiro. Para ele, as estratégias de ação devem passar pela adoção, na República, de uma nova forma de educação. Fazendo uma longa citação de um texto seu de 1892, o crítico literário paraense faz uma resenha das idéias pedagógicas de Fouillée, segundo as quais “todo trabalho de educação é uma obra de seleção intelectual” (1985, p. 34). Respalddo, vê-se, pela teoria darwinista, o pedagogo francês conceberia o cérebro da criança como um campo onde idéias digladiam-se a despertar impulsos para sua efetivação. Se uma idéia não encontra oposição, ela tende a se tornar o objetivo único da disposição fisiológica. Ora, à educação,

como técnica de sugestão, caberia infundir nas crianças idéias capazes de servir como diretoras da força dos instintos:

O comportamento depende, pois, em grande parte, da porção de idéias que cada um adquire sob a influência da experiência, das relações sociais, da cultura intelectual e estética recebida. Cada homem acaba por ter esse conjunto de idéias e de máximas, que se torna a origem das suas resoluções e ações.(...) A instrução é um motor de importância principal no mecanismo social; com uma condição porém, que influa sobre as idéias verdadeiramente diretoras e seletivas, sobre aquelas que, por sua íntima relação com o sentimento e a vontade, merecem o nome de idéias-força. (1985, p. 36-7)

Objeto da educação, a criança irrompe como um problema que diz respeito à nova organização social. Ela é um ser em que despontam instintos que cumpre governar por meio da sugestão de idéias, capazes estas, pelo poder privilegiado que possuiria a inteligência, de redistribuir as energias vitais. Se o caráter do brasileiro é, pela suas condições histórico-biológicas, apático, mole, oferecendo à inteligência da criança idéias superiores, ter-se-ia a esperança de modificar, pela educação, nosso degenerado caráter.

A concepção de educação de Veríssimo extrapola o âmbito do sistema escolar formal e diz respeito à reconfiguração da vida familiar que envolve a criança. O problema é posto por ele quando critica o antigo modelo de família patriarcal. Esta daria à mulher um papel pouco expressivo, já que era intimidada pela brutalidade do marido e proscrita, pelo costume português, da sala de visitas para o recôndito da cozinha. Além disso, era necessário restringir o espaço de convivência da criança, o qual a punha em contato com a pérfida influência dos negros, comprometendo a formação de seu caráter:

Até agora o fato já notado de haver em cada família um moleque ou moleques que eram os companheiros de brinqueado dos sinhozinhos e as vítimas de suas maldades, espécie de leva-pancadas sobre os quais eles derivavam as suas cóleras infantis, viciava sobremaneira logo esses instintos, pela concorrência da má educação e dos maus hábitos que teria o moleque, como pelos instintos maus, depravados mesmo, que criava na criança o prazer inato de bater alguém ou alguma coisa. (1985, p. 75)

Por um lado, Veríssimo compreende a necessidade de ampliar a posição social da mulher, dando-lhe a função de principal condutora da educação dos filhos; por outro, trata-se de diminuir a sociabilidade das crianças, preservando-as dos perigosos instintos depravados. De qualquer maneira, é em torno da questão da seleção dos instintos que o processo de pedagogia social da criança se desenvolve. Trata-se de suavizar-lhe a carga hereditária que sobre ela pesa, livrá-la do que em seu corpo está inscrito como vontade para a apatia, negação do trabalho produtivo. Eis a base do processo sobre o qual a nação se construirá: começando com o cuidado doméstico e terminando com a vigilância nacional: “no ponto de vista social, que mais nos ocupa neste trabalho, é urgentemente no Brasil modificar esta parte do nosso anárquico e defeituoso sistema de educação, estabelecendo a disciplina social, base de segurança e do Estado e laço de solidariedade nacional” (1985, p.78).

Mas o que é esse instinto que assume um papel tão primordial no modo como o qual a pedagogia se posiciona em relação às crianças? Tão rotineiro em nosso século, em que base surge, para o final do século XIX, a concepção de um desejo capaz de arrastar consigo toda a integridade social? Que força é essa que deve ser contrabalançada na criança pela introdução de elementos intelectuais de maneira a fazê-la capaz de responder com o comportamento socialmente desejado?

Estudando a genealogia do exame psiquiátrico sobre matéria judicial, Foucault situa a noção de instinto como a engrenagem que consolidou a aproximação dos mecanismos penais e médicos durante o século XIX. No início deste, a imputabilidade de um crime dependia de um sujeito ter consciência do ato que estava cometendo e a psiquiatria era chamada em determinados casos judiciais para expor a existência ou não de delírio por parte daquele que infringia a lei. Por volta de 1840, a relação entre o sistema penal e a mensuração médica da razão se modifica. Já não é a consciência ou não do ato o que é decisivo no processo de internação, mas a noção mais difusa de perigo social: aquele que traz consigo, em sua conduta, os signos de ameaça à ordem estabelecida é objeto de psiquiatrização e punição. Já não é a sedução das fantasias da irrazão que oblitera a percepção clara do gesto infrator que deve ser punida, mas a incapacidade de dominar os instintos, de governar as pulsões que conduziram a condutas anormais. Foucault observa que a importância política da noção de instinto é muito maior que sua precisão epistemológica. A psiquiatria teria afrouxado a sua tarefa de se pensar como verdade científica, tal como Esquirol teria empreendido anteriormente, classificando as doenças mentais segundo os quadros nosográficos da medicina, para se investir de um poder que permearia todas as condutas sociais. É a partir da adequação ou não do

instinto à norma que seu discurso se elabora, resguardado ainda por uma naturalização do normativo, já que a concepção biológica de distúrbios orgânicos que comprometeriam a ordem da vida lhe era correlata. Esse percurso que desemboca na vigilância e seleção dos instintos foi possível à psiquiatria, afirma Foucault, pela descoberta da infância como objeto privilegiado para a generalização desse saber e poder médicos, pois

a emergência de um instinto que não é em si doentio, que é em si sadio, mas que é anormal ver surgir aqui, agora, tão cedo ou tão tarde, e com tão pouco controle; o aparecimento de tal tipo de conduta que, em si não é patológica mas que, no interior da constelação em que figura, não deveria aparecer – é tudo isso que vai ser agora o sistema de referência, o domínio de objetos em todo caso, que a psiquiatria vai tentar policiar. (...) Tornando-se ciência da infantilidade das condutas e das estruturas, a psiquiatria pode se tornar a ciência das condutas normais e anormais. (p. 391)

É na esteira da normatização da sociedade a partir da moral burguesa que vemos o interesse da psiquiatria pela criança se consolidar. É em referência a um determinado comportamento social tomado como normal que se podem enquadrar as patologias do anormal, sempre características de descontroles no domínio dos instintos, sempre resultantes de permanências do mundo infantil e seus desejos desregulados. Mais do que nunca, no fim do século XIX, é na infância que cabe vigiar e selecionar os instintos para a vida social harmônica.

Nessa configuração – em que se interligam infância, instinto e norma social – é que desejamos situar alguns textos de nossa literatura: *O missionário*, de Inglês de Souza e *O Ateneu*, de Raul Pompéia.

Inglês de Souza

Publicado em 1891, *O missionário*, de Inglês de Souza, narra a história de Antônio de Moraes, jovem padre designado para atuar na cidadezinha de Silves, no interior amazônico. Terá a tarefa de substituir a Pe. José, um pândego tocador de violão e namorado de caboclas. Comunidade acostumada aos hábitos frouxos do padre anterior impressiona-se com a retidão moral no novo vigário, alterando de início seus hábitos, mas retornando a eles paulatinamente. Pe. Antônio, que tem ambições de se tornar mártir da Igreja, resolve então adentrar no sertão para catequizar os selvagens mundurucus. Depois de ser perseguido com flechas por estes, cai inconsciente e acorda numa família de

índios aculturados. Nela está Clarinha, uma mameluca filha dos amores proibidos de um outro padre. Pe. Antônio não consegue resistir às seduções da jovem e sucumbe ao desejo. No final, aproveitando-se de um boato de que teria morrido na catequese dos mundurucus, volta com fama de missionário destemido a Silves, não esquecendo de trazer a família de Clarinha para um sítio próximo, onde possa continuar eventualmente desfrutando-a.

O romance é tipicamente anticlerical, escrito com o pano de fundo da “Questão dos Bispos”, polêmica que se espalhou pelo Brasil no terceiro quarto do século XIX e dizia respeito à participação da Igreja Católica – no Brasil, de feições predominantemente ultramontanas – nas políticas públicas (cf.: VIEIRA, 1980). O Bispo do Pará, D. Macedo, tornou-se personagem importante nessa polêmica e coordenou um seminário em Belém sob a doutrina ultramontana. No romance, presumivelmente, Padre Antônio teria estudado neste Seminário e é contra o modelo de educação ali adotado que a tese de Inglês de Souza se põe: sua direção pedagógica seria incapaz de controlar e dirigir os instintos de uma típica criança amazônica.

Tratando de explicar os motivos do comportamento anormal de Pe. Antônio, o narrador volta à infância do personagem e sua passagem pelo Seminário para desvendar as razões da quebra de castidade e da sua hipocrisia moral. Ali, encontra as razões de seus futuros atos de adulto: quando criança, ele teria vivido sem nenhuma vigilância, satisfazendo seus desejos imoderadamente:

Até entrar para o Seminário levava uma vida livre, solto nos campos, ajudando a tocar o gado para a malhada, a meter as vacas no curral. Montava os bezerros e os poldros de ano e meio. Acordava cedo, banhava-se no rio horas inteiras, e depois corria léguas à caça dos ninhos de garças e de maguaris. Satisfazia o apetite sem peias, nem precaução, nas goiabas verdes, nos araçás silvestres e nos taperebás vermelhos, de perfume tentador e acidez irritante. Exercera imoderada tirania sobre os irmãos pequenos, sobre os escravos e os animais domésticos, sobre as árvores dos campos, os pássaros da beira do rio e a pequena caça dos aningais. Trepara aos altos ingazeiros, alojara-se na lama dos brejos e dos chiqueiros, espojara-se na relva como um burrico. Escondera-se nos buracos como as lontras dos lagos e as onças das montanhas. Pulara, correria, brincara à sua vontade, saturando-se de sol, de ar, de liberdade e de gozo. (p. 44)

Imagens de infância feliz, intensamente vivida junto à prodigalidade da natureza, mas também, e principalmente, imagens duma

infância perigosamente sem controle ou vigilância. Recurso tipicamente naturalista, a referência à proximidade do apetite animal, “sem peias”, a seu *habitat* imundo e subterrâneo, onde a lama e a escuridão prevalecem, anuncia o risco futuro que pode causar uma infância descomprometida de cuidados, negligenciada por um olhar limitador. O que as imagens de liberdade e gozo nos oferecem na infância de Pe. Antônio são apenas o prenúncio da conduta de seu pai, a qual perpetuou o comportamento egocêntrico da criança: “Pedro Ribeiro era homem de idéias curtas, e de largos apetites nunca saciados. (...) No isolamento da fazenda, vivendo entre negros e caboclos, Pedro Ribeiro tornara-se brutal, despótico, egoísta em extremo, parecia que o mundo fora feito para ele só” (p. 45). Os filhos temem o pai e vivem à solta, longe dele na fazenda. A mãe, melancólica pelas atitudes do marido, o qual se sacia largamente com as negras e caboclas da fazenda, não tem forças para educar os filhos. Nesse circuito formado pelo ambiente e a hereditariedade, as imagens da criança vivendo livre na natureza conduzem-nos, portanto, ao despotismo paterno; e este, por influência também de um meio desregrado, faz retornar ao perigo da infância sem mecanismos de controle.

Ora, diante de uma população indisciplinada porque longe da vigilância de instituições sociais, *O missionário* faz pensar na necessidade de disseminá-las de modo a poder gerir os instintos inflados pelos ares de uma natureza tentadora onde raças avessas à civilização ocidental, os negros e caboclos acima citados, teriam degenerado o componente europeu. Mas não se trata apenas da difusão de tecnologias de poder. No romance, trata-se principalmente do regime desse controle. Imerso na reorganização positivista de nossa sociedade, Inglês de Souza quer sobretudo criticar o modelo clerical de educação. Observemos o desdobrar do processo de formação do menino Antônio.

Seu padrinho se dispõe a levá-lo para o Seminário de Belém. Aos prantos, a mãe concede, pensando no futuro do filho; o pai, pela vaidade de ter um filho padre. Lá, os modos rústicos do garoto são conformados às exigências disciplinares que, não sem padecimentos, “incutiram-lhe hábitos de asseio e de ordem” (p. 46). Porém, o espírito do garoto, ao longo dos anos de educação no Seminário, sempre se vira em profundas contradições, nas quais se debatiam os instintos de amazônico sensualmente livre e os ensinamentos de teologia que recebia. Enfim,

a enorme vaidade que herdara dos instintos desregrados do pai cedera o passo à humildade de coração, santificadora e eficaz, com que viera afinal a acomodar-se ao régimen da

disciplina clerical. (...) Compreendia que precisava sujeitar-se ao meio em que as circunstâncias o colocavam para poder um dia, digna e proficuamente, seguir a carreira a que uma irresistível vocação o chamava (p. 52-3).

Poder-se-ia pensar que a natureza instintiva teria sido finalmente posta sob controle com a educação eclesiástica e que um homem voltado para o altruísmo, como desejava Comte (1978), ter-se-ia formado. No entanto, na primeira oportunidade em que se vê novamente distante dos olhares da vigilância, quando se recupera dos percalços sofridos na frustrante catequização dos mundurucus, o apelo sensual da filha de Pe. João faz retornar o reprimido precariamente represado. Durante dias, Pe. Antônio dilacera-se numa luta em que todas as noites a imagem tentadora de Clarinha vem aguilhoá-lo. Curiosamente, ainda, a emergência do desejo sexual é concomitante à infância vivida em plena liberdade. O instinto que ameaça a normalidade de suas funções eclesiásticas é contemporâneo daquelas suas aventuras de criança, além de qualquer olhar cuidadoso, quando se podia, numa antecipação da fase oral freudiana, desfrutar de um prazer sexual junto ao seio da natureza:

(...) longe do mundo e das conveniências sociais, reaparecia o matuto a meio selvagem que saciava o apetite sem peias nem precaução nas goiabas verdes, nos arças silvestres, nos taperebás vermelhos, sentindo a acidez irritante da fruta umedecer-lhe a boca e banhá-la em ondas duma irresistível voluptuosidade bruta (p. 192).

Num ambiente alheio à vigilância, é o reencontro da criança no adulto e a permanência neste da infantilidade que trarão à tona o instinto e a efetivação da conduta inadequada. Outras tecnologias de poder sobre os instintos são, então, necessárias para deter a sua força de degeneração social, conclui o narrador, já que o modelo clerical mostrou-se falho. Dentro da concepção positivista que defende Inglês de Souza, ao invés de se educar as crianças para o egoísmo da salvação da alma, devia-se buscar o controle sensato dos instintos de maneira a torná-las socialmente úteis. Desconhecendo a natureza humana na sua dimensão determinada pela ação da hereditariedade psico-fisiológica, a educação clerical fracassava e, na República, deveria ser substituída – é o que se infere – pela laica e nacionalista. Tal conclusão é a que nos traz o destino de Pe. Antônio.

A sua natureza ardente e apaixonada, extremamente sensual, mal contida até então pela disciplina do Seminário e pelo ascetismo que lhe dera a crença na sua predestinação, quisera

saciar-se do gozo por muito tempo desejado, e sempre impedido. Não seria filho de Pedro Ribeiro de Moraes, o devasso fazendeiro do Igarapé-mirim, se o seu cérebro não fosse dominado por instintos egoísticos, que a privação de prazeres açulava e que uma educação superficial não soubera subjugar (p. 206).

Raul Pompéia

Se *O missionário* nos coloca num circuito onde o instinto circula entre o adulto e a infância, em *O Ateneu* tratar-se-ia de uma fronteira que se divisaria entre os dois estágios de desenvolvimento: o menino que entra no internato recebe do pai a recomendação: “Vais encontrar o mundo”. Fora do novo espaço pedagógico, estaria a infância, protegida pelo carinho da família das agruras do mundo real. Mas a experiência do internato, no que significa a irrupção dos instintos desregulados, é compreendida como necessária, iniciadora e limite do mundo infantil nos mesmos tipos de degeneração moral que atravessariam a sociedade.

Sem dúvida que aqui temos um modelo de educação já não mais eclesiástico, pois o Ateneu, possivelmente um disfarce para o Colégio Abílio, representava o que de mais moderno as tecnologias pedagógicas ofereciam. Ele era o sopro da nova educação pelo que a Geração de 1870 tanto se empenhara. Não obstante, é o problema do controle dos instintos das crianças o que mais aflora no romance.

Sérgio, o narrador que conta suas experiências vividas no mundo escolar do internato, posiciona-se em relação a elas da seguinte maneira: “destacada do conchego placentário da dieta caseira, vinha próximo o momento de se definir a minha individualidade” (1983, p. 03). Associada à infância, está a noção de proteção, de vida que ainda respira sob o cuidado de outro, o qual zela cuidadosamente pelo bem-estar de alguém ainda não preparado para responder solitariamente por si. Em função dessa fragilidade, o internato se apresentaria como etapa de superação da infância delicada, prometendo consigo a constituição de uma autonomia individual capaz de pensar sua existência e função de modo próprio. Sintomático dessa transição é ainda a recomendação de Dona Ema, mulher do diretor do Ateneu, Aristarco, quando da matrícula do narrador: que o garoto corte seu cabelo e o entregue para a mãe, pois “é a infância que aí fica, nos cabelos louros” (1983, p. 09).

O internato é apresentado por Aristarco, ainda nesse primeiro contato, como uma sólida instituição em que a vigilância é exercida no detalhe, garantindo que a norma seja individualmente absorvida por todos os educandos e, a partir desse processo, possa atingir “a

transformação moral da sociedade”. Todavia, no primeiro dia de aula de Sérgio no novo ambiente, seu colega de classe faz uma apresentação do internato bem diferente daquela de Aristarco. Os educandos de *O Ateneu* são qualificados de modo pejorativo, como representantes dos vícios e defeitos da sociedade. Se o internato é o mundo no qual o narrador adentrará, sua característica fundamental é a ausência de retidão, de ordem; perigo, desse modo, para aqueles que ainda são crianças, sem individualidade formada, recém-saídos da placenta familiar. Superar a infância significa escolher a força e o sexo. É isso que o colega Rabelo, com um mau hálito insuportável, afirma na apresentação do novo mundo a Sérgio:

Isto é uma multidão; é preciso força dos cotovelos para romper. Não sou criança, nem idiota; vivo só e vejo longe; mas vejo. Não podes imaginar. Os gênios fazem aqui dois sexos, como se fosse uma escola mista. Os rapazes tímidos, ingênuos, sem sangue, são brandamente impelidos para o sexo da fraqueza; são dominados são festejados, pervertidos como meninas ao desamparo. (...) Faça-se homem, meu amigo! Comece por não admitir protetores (1983, p. 14).

É como sexo desprotegido, afastado da família e sujeito a um novo zelo, de caráter sexual, que a infância irrompe em *O Ateneu*. Se ela não recebeu os elementos necessários para resistir à força dos instintos dos mais fortes, nesse ambiente ela conhecerá a inversão sexual. A fronteira entre o mundo da criança e o adulto se dá aí quando Sérgio se percebe só, sem maiores energias que aquelas que traz consigo, necessariamente sujeito, pelo seu aspecto físico de garoto de onze anos com corpo de seis, a ser conduzido para o “sexo da fraqueza”. Em *O Ateneu*, criança significa ser protegido, dessexuado; o adulto, por sua vez, é o sexo que sua força lhe permite ser. No mundo do internato, o corte dos cabelos traz inevitavelmente a perda da infância e talvez um Sansão tornado Dalila.

Parece que a infância ainda guarda aqui, a despeito da emergência do tema da dominação sexual, essa dimensão de inocência com que a literatura romântica a vestiu. O narrador ergueria uma fronteira entre ela e o mundo adulto, deixando-a intocada, aquém da circulação dos instintos viciosos que conduziriam a fragilidade da criança às sevícias do sexo mais forte. No romance, Sérgio acaba sucumbindo e aceitando protetor e, embora recuse as aproximações sexuais do amigo mais velho, toda a narrativa de suas próximas amizades recende a uma atmosfera homossexual que também envolve os alunos do internato. O caso mais notório é o da interceptação da correspondência amorosa de um aluno do internato, escândalo que

envolveu outros vários internos: sugestivamente o nome do garoto era Cândido, símbolo da redução da inocência infantil ao mundo do sexo invertido. Ainda símbolo maior da mudança de posição quanto à compreensão romântica da infância a partir do momento em que se cruzam os portões da instituição pedagógica pode ser encontrado em outra passagem, na qual Sérgio, esperando com outros colegas pelos resultados do exame que fizera, observando os anjos barrocos em alto-relevo incrustados na parede da sala, reorganiza a percepção que tivera dos “risonhos meninos nus, fraternais em gesso e inocência” quando viera a primeira vez conhecer o Ateneu.

Senti-me velho. Que longa viagem de desenganos! Alguns meses apenas, desde que vira, à primeira vez, as ideais crianças vivificadas no estuque pelo contágio ingênuo, ronda feliz do trabalho... Agora, um por um que os interpretasse, aos pequenos hipócritas mostrando as nádegas brancas como um reverso igual de candura, um por um que os julgasse, e todo aquele gesso das facezinhas reconchudas coraria de uma sanção geral e esfoladora de palmadas. Não me enganavam mais os pequeninos patifes. Eram infantis, alegres, francos, bons, imaculados, saudade inefável dos primeiros anos, tempos da escola que não voltam mais!... E mentiam todos!... Cada rosto amável daquela infância era a máscara de uma falsidade, o prospecto de uma traição. Vestia-se ali de pureza a malícia corruptora, a ambição grosseira, a intriga, a bajulação, a covardia, a inveja, a sensualidade brejeira das caricaturas eróticas, a desconfiança selvagem da incapacidade, a emulação deprimida do despeito, da impotência, o colégio, barbaria da humanidade incipiente, sob o fetichismo do Mestre, confederação de instintos em evidência, paixões, fraquezas, vergonhas, que a sociedade exagera e complica em proporção de escala, respeitando o tipo embrionário, caracterizando a hora presente, tão desagradável para nós, que só vemos azul o passado, porque é ilusão e distância (1983, p. 59).

A infância só nos é mais pura porque perdida para nós, porém sob sua aura de inocência já se perceberia, se fôssemos atentos, “a barbaria da humanidade incipiente”. Nela, já estão os instintos em forma embrionária e que depois ganharão proporções maiores; ela não está infensa ao mundo dos instintos que arrasta a sociedade. Os anjos da infância mascaram, numa escala diferente, porém não menos real, os demônios que circulam na sociedade adulta. Só por uma opacidade que os anos nos produzem é que a veríamos com uma natureza diferente da que verdadeiramente ela possui. Se a infância tem a imagem de pureza

em *O Ateneu* é só enquanto ela está na placenta familiar, protegida “na estufa de carinho que é o regime do amor doméstico” (1983, p. 03).

Porém seria tolice imaginar que o romance lamenta e chora a perda da inocência infantil provocada pelo regime pedagógico do internato. Pelo contrário, é contra essa imagem de infância que o elogio da educação recebida se põe. Isso porque a infância familiarmente protegida não forneceria as bases para a formação moral necessária na vida social. Se esta é uma soma de tiranias, rancores, arrivismos, maledicências, calúnias etc., porque isolar a criança da realidade e fazê-la pensar que encontrará a república de Platão? Não se aperfeiçoaria a raça caso nossas crianças não fossem preparadas para deixar, como a experiência de uma bofetada, o ilusório carinho da família. Com os externatos, a criança ainda fica a meio caminho desses dois mundos. Já com o internato, empreende-se a seleção natural dos fortes, daqueles que “serão capazes de proceder com força lá fora, onde a cidade é franca para as dissoluções babilônicas do instinto”. De modo que,

a energia para afrontá-las é a herança de sangue dos capazes da moralidade, felizes na loteria do destino. Os deserdados abatem-se. (...) Cumpre que se institua, que se desenvolva, que floresça e se multiplique a escola positiva do conflito social com os maus educadores e as companhias perigosas, na comunhão corruptora, no tédio do claustro, de inação, de cárcere; cumpre que os generosos ardores da alma primitiva e ingênua se disciplinem na desilusão crua e prematura (1983, p. 81).

Curioso diálogo que se poderia estabelecer aqui com Veríssimo e Inglês de Souza. O primeiro tentou separar o ambiente familiar de contágios perniciosos, reorganizando a educação da criança a partir da sugestão de idéias capazes de dirigir os instintos e contornar a negativa carga hereditária de nossa formação racial; inversamente, Pompéia lança a criança no turbilhão dos instintos degenerados do internato, para que experimente, longe da placenta familiar, a futura guerra social de que o ambiente pedagógico é reflexo: outra forma, à Pilatos, de melhorar a herança psico-fisiológica. Já Inglês de Souza notou o circuito que envolvia a criança e o adulto, remetidos um ao outro pelo instinto egoísta, mal disciplinado pelo ambiente frouxamente moral: um jogo de espelhos fazia os instintos do adulto e da infância se confundirem na identidade do instinto desregulado; Pompéia romanticamente exclui o mundo infantil da natureza sexual, guardando-o no aconchego indefinido da placenta familiar, porém o faz só para depois lançar a criança brutalmente no cruel universo dos instintos seviciadores, para perder

sem lamentar a infância em proveito daqueles que superam o desengano e melhoram a eugenia social.

De qualquer modo, uma preocupação atravessa uniformemente a todos esses textos: o discurso que situa no controle sobre a infância, sobre seu sexo, o fator fundamental para a organização social. Em meio ao problema da vigilância e seleção dos instintos, a criança é pensada como objeto privilegiado de uma nova tecnologia de saber e poder que encontra fundamentos em vários âmbitos de reflexão: medicina, etnologia, direito, pedagogia, biologia, etc. Dentro desse complexo, é que nos nasceram as imagens míticas da criança como plenitude e inocência da liberdade instintiva.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe; *Historia social da criança e da família*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

COMTE, Auguste. *Comte* (Os Pensadores). São Paulo: Abril Cultural, 1978.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. "Instrução Elementar no século XIX". In: *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LAJOLO, Marisa. *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Ed. Cortez, 1997.

MACHADO, Maria Cristina G. *Rui Barbosa: pensamento e ação*. Campinas - São Paulo: Autores Associados, 2002.

POMPÉIA, Raul. *O Ateneu*. São Paulo: Moderna, 1983.

RESENDE, Vânia Maria. *O menino na literatura brasileira*. São Paulo: Perspectiva, 1988.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SOUSA, Inglês de. *O Missionário*. Prefácio e apêndice de Aurélio Buarque de Holanda; prólogo de Araripe Júnior. Rio de Janeiro: Tecnoprint, s/d.

VEIGA, Cynthia Greive. "Educação estética para o povo". In: *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

VERISSIMO, José. *A educação nacional*. 3ª. ed.. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

VIEIRA, David Gueiros. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. Brasília: UNB, 1980.

Celdon Fritzen possui graduação e mestrado em Letras pela Universidade Federal de Santa Catarina e doutorado em Teoria e História Literária pela Universidade Estadual de Campinas. Atualmente é professor titular da Universidade do Extremo Sul Catarinense, atuando no curso de Letras e no Programa de Pós-graduação em Educação, onde coordena o Grupo de pesquisa GCPE (Grupo de pesquisa correlações entre cultura, processamento e ensino).

Atualmente tem se dedicado à pesquisa dos seguintes temas: educação, modernização e infância. Entre sua produção destaca os seguintes textos: "Valores da cultura popular no processo de modernização do Brasil: Silvio Romero, Inglês de Sousa e Euclides da Cunha". In: Cerrados - Revista da Pós Graduação em Literatura da UnB, n.20, 2005; e "A inserção esclarecida do outro na 'Muhuraida'". In: Revista de Estudos Portugueses e Africanos. Campinas : Unicamp, v. 39, 2002.

E-mail: cfr@unescc.net

Artigo recebido em novembro/2005